

PLANO NACIONAL DE SENSIBILIZAÇÃO

EM SANIDADE FLORESTAL

30 JUNHO 2020



DIVISÃO DE FITOSSANIDADE FLORESTAL DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO E
VALORIZAÇÃO DA FLORESTA (ICNF, I.P.)

Coordenação: Helena Martins (DFF/DGVF/ICNF), Dina Ribeiro
(DFF/DGVF/ICNF)), José Manuel Rodrigues (DFF/DGVF/ICNF)

Revisão: GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DE SANIDADE FLORESTAL

Colaboração: Helena Fernandes (design do slogan em 2020, DSGC/DSIC/ICNF,
I.P.), Jorge Dias (CNFBSF/ICNF, I.P.)

Fotografias: Anabela Portugal (DFF/DGVF/ICNF), Helena Martins
(DFF/DGVF/ICNF), Rita Fernandes (DFF/DGVF/ICNF)

Lisboa, 30 de junho de 2020

Sumário executivo



O Plano Nacional de Sensibilização em Sanidade Florestal (PNS@SF), na sua componente estratégica, pretende melhor articular as ações de sensibilização que têm vindo a ser implementadas pelos vários agentes que intervêm no setor florestal nacional no âmbito da prevenção e controlo de pragas florestais. O objetivo principal do Plano é aumentar a eficácia dessas ações em termos do envolvimento de cada cidadão no desígnio de uma floresta nacional mais saudável e mais resiliente, face a ameaças presentes e futuras, e ainda no reconhecimento e valorização da vasta gama de bens e serviços florestais. Nos vários pontos abordados são dadas orientações para que, no futuro, as ações de sensibilização a implementar por qualquer entidade tenham em comum prioridades de intervenção e uma abordagem metodológica ao seu planeamento e à avaliação da sua eficácia.

O presente plano tem uma vigência alargada, conferindo continuidade aos esforços de consciencialização com vista à mudança de comportamentos. Propõe, todavia, que a sua operacionalização seja anual, seguindo uma abordagem colaborativa à definição do enquadramento e das prioridades a considerar.

Na sua elaboração foi envolvido um grupo alargado de entidades e técnicos com uma vasta experiência em sensibilização, em representação do Grupo de Acompanhamento de Sanidade Florestal e da Divisão de Fitossanidade Florestal do ICNF, I.P.

Índice

Enquadramento no Programa Operacional de Sanidade Florestal	4
Diagnóstico	6
Missão	8
Objetivos estratégicos	9
Públicos-alvo e ações	10
Operacionalização	13
Avaliação da eficácia	15

Enquadramento no Programa Operacional de Sanidade Florestal

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS FLORESTAS

PROGRAMA OPERACIONAL DE SANIDADE FLORESTAL

PLANO NACIONAL DE SENSIBILIZAÇÃO EM SANIDADE FLORESTAL

- formação de técnicos
- sensibilização para transferência de conhecimento técnico e científico
- formação de inspetores fitossanitários

Os relatórios periódicos produzidos aquando da realização das Conferências Ministeriais para a Proteção das Florestas na Europa, “State of Europe’s Forest” (SEF), evidenciam a crescente relevância das pragas¹ entre os fatores que contribuem para o declínio da floresta.

Num contexto de globalização, facilitando a circulação de bens e serviços e de mudanças nas opções de gestão, de alterações climáticas e de maior incidência de perturbações nos ecossistemas florestais, nomeadamente as associadas aos incêndios, refere-se ainda o maior risco de instalação das chamadas pragas emergentes.

Entre os múltiplos fatores que determinam o nível de risco fitossanitário a que as florestas estão expostas e a eficácia das medidas de prevenção e controlo contam-se as práticas e os comportamentos da sociedade e dos cidadãos em geral.

Tal como noutros aspetos relacionados com a defesa e conservação dos ecossistemas florestais, também na sanidade florestal é necessário promover a implementação de boas práticas de gestão, de exploração sustentável dos recursos existentes, de utilização racional de químicos e de redução de comportamentos e atitudes de risco. É necessário, portanto, alterar comportamentos e promover boas práticas, que reduzam o risco fitossanitário e aumentem a eficácia das medidas de prevenção e controlo, o que remete para a necessidade de considerar a sensibilização para a sanidade florestal no âmbito do Programa Operacional de Sanidade Florestal (POSF).

O POSF, aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2014, de 7 de abril, define as bases de intervenção para a redução dos riscos de introdução, de dispersão e de danos provocados por pragas e doenças florestais, em estreita articulação com a Estratégia Nacional para as Florestas. A sua versão de julho de 2018 define linhas orientadoras a ter em consideração no desenvolvimento de um Plano Nacional de Sensibilização, preenchendo uma lacuna do POSF para um adequado enquadramento da necessidade da sensibilização, uma vez que os seus objetivos operacionais não a endereçam de forma inequívoca. Os objetivos operacionais do POSF remetem para transferência de conhecimento técnico (Obj OP 2.1 e 2.5) e científico (Obj OP 2.2), requisitos para a fundamentação das ações de sensibilização e não propriamente como sensibilização. Referem-se ainda às áreas de intervenção - identificação dos agentes bióticos nocivos, métodos de monitorização e meios de luta - às quais falta adicionar a área da prevenção, da maior relevância no contexto da sanidade florestal.

¹ Conceito que substitui a designação de pragas e doenças desde a instituição do Programa Operacional de Sanidade Florestal, em concordância com a nova legislação da União Europeia que entrou em vigor em janeiro de 2017 e que será aplicável em todos os Estados-membros a partir de 14 de dezembro de 2019 (Regulamento 2016/2031 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de outubro).



Indicador 2.1.1 Número de ações de formação realizadas por área de intervenção e por região



Indicador 2.2.1 Número de ações de sensibilização realizadas por ano



Indicador 2.5.1 Número de ações de formação/atualização de conhecimentos por ano, considerando as áreas de intervenção e as atualizações do DL nº 154/2005

Uma reflexão sobre o âmbito do Plano Nacional de Sensibilização tal como referido no POSF, realizada em simultâneo com o planeamento das ações para assinalar 2020 como o Ano Internacional da Sanidade Vegetal tal como proclamado pela Organização das Nações Unidas, levou a concluir sobre a necessidade de o estruturar numa componente estratégica e numa componente operacional.

A primeira, a componente estratégica, consiste no presente documento. De vigência alargada e de carácter orientador, poderá vir, no futuro, a ser integrada numa estratégia mais vasta de sensibilização para a importância das florestas e da sua gestão sustentável. Até lá lançará as bases para a componente operacional, orientando os vários agentes do setor florestal no planeamento anual das suas ações de sensibilização, de forma articulada com uma missão comum e com mensagens-chave atuais. De certa maneira, o planeamento de ações de sensibilização articulado entre a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária e o ICNF, I.P. para a comemoração do Ano Internacional da Sanidade Vegetal (2020) ilustra a forma como essa operacionalização pode vir a ocorrer.

O POSF apresenta uma caracterização detalhada da situação fitossanitária dos principais sistemas florestais nacionais e da estrutura organizacional sobre a qual assentam as intervenções de prevenção e controlo de pragas florestais. Dessa caracterização interessa aqui destacar alguns pontos por se configurarem como premissas a considerar no presente plano, doravante referido com recurso à sigla PNS@SF:

- A definição e a implementação das ações de prevenção e controlo assentam tanto em conhecimento científico como técnico, em permanente atualização e que importa transferir/transmitir de forma eficaz;
- O carácter dinâmico da situação fitossanitária de referência remete para a necessidade de uma intervenção rápida e territorialmente abrangente, com repercussões na intensidade e escala a que se promovem ações de sensibilização;
- Em função da avaliação do risco, há um reajuste, relativamente frequente, das prioridades de intervenção, muitas vezes por força da obrigatoriedade de implementar normativos comunitários, o que sugere a necessidade de uma re-avaliação periódica do âmbito das ações de sensibilização, das mensagens-chave e dos públicos-alvo a considerar;
- Apesar dos pontos anteriores, existem situações fitossanitárias em Portugal de longo prazo que exigem uma intervenção continuada e, conseqüentemente, uma estratégia reiterada de sensibilização.

No que diz respeito aos agentes com intervenção direta no panorama nacional da fitossanidade florestal, existem várias estruturas organizativas que facilitam o reconhecimento de uma **plataforma colaborativa** sobre a qual assentará a promoção e a execução do PNS@SF e à qual se juntam, por um lado, as entidades públicas com um papel relevante em ações de fiscalização e, por outro, as entidades públicas e privadas com um papel relevante em educação e formação de jovens.



Integram essa plataforma colaborativa:

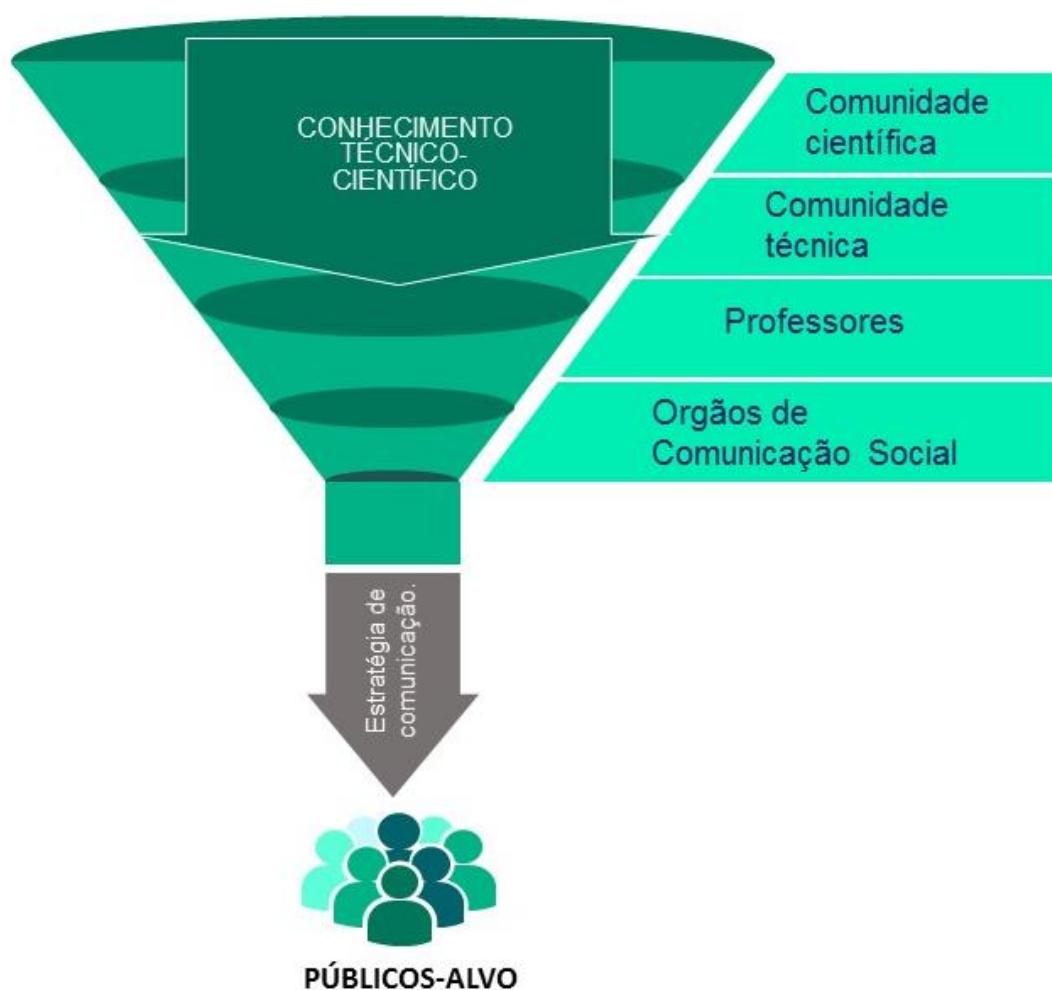
- Os Centros de Competências previstos na Estratégia Nacional para as Florestas e na Estratégia do ex-MAFDR para a investigação e inovação agroalimentar e criados com o objetivo de fomentar a cooperação entre os agentes económicos, as entidades do Sistema Científico Nacional e a Administração Pública visando o desenvolvimento e a sustentabilidade das (sub)fileiras florestais, sendo que no presente contexto são de relevar:
 - o Centro de Competências do Sobreiro e da Cortiça (CCSC);
 - o Centro de Competências do Pinheiro-bravo (CCPB);
 - o Centro de Competências do Pinheiro-manso e do pinhão (CCPMP); e
 - o Centro Nacional de Competências dos Frutos Secos (CNCFS).
- O Grupo de Acompanhamento de Sanidade Florestal (GASF) que congrega entidades representativas da Sociedade Civil e da Administração Pública nas suas diferentes áreas e domínios, de forma permanente ou temporária, em torno da missão de assegurar o acompanhamento da implementação das medidas enquadradas pelo POSF;
- Entidades da Administração Pública responsáveis por ações de inspeção ou fiscalização como as Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP), a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) e a Guarda Nacional Republicana (GNR), sem prejuízo de outras que tenham competências nestas áreas;
- Entidades Públicas responsáveis por ensino e formação tais como a Direção-Geral de Educação, a Direção-Geral de Ensino Superior e o Instituto Português do Desporto e da Juventude, entre outras;
- Entidades privadas com ações de destaque em comunicação e sensibilização em áreas relacionáveis com a gestão florestal.

Aumentar o conhecimento sobre os procedimentos a adotar para prevenir e controlar as pragas florestais e evitar a sua dispersão.

A Missão proposta para o PNS@SF assume o **conhecimento** como:

- O garante do papel de cada um dos intervenientes na deteção precoce e na monitorização da dispersão e dos níveis populacionais das pragas florestais;
- O vetor de mudança de comportamentos de risco; e
- O promotor de e a base para melhores práticas de gestão florestal e métodos de controlo e prevenção adequados.

A Missão remete, naturalmente, para uma maior consciencialização através da divulgação e da aquisição de conhecimento e não, propriamente, através de transferência ou geração de conhecimento técnico-científico. Estes dois últimos são do âmbito da formação e da investigação, respetivamente, e têm, no presente plano o papel de requisitos para a capacitação dos designados “vetores de atuação”. São estes, primeiramente, as comunidades técnica e científica, às quais se juntam os professores e os Orgãos de Comunicação Social, desempenhando todos eles um importante papel no cumprimento da Missão do presente plano.



Os objetivos estratégicos que orientam a operacionalização do presente plano incidem sobre a **prevenção da entrada, dispersão e proliferação de novos agentes nocivos para as florestas**, a **promoção da resiliência dos sistemas florestais** e a **redução do risco fitossanitário ao nível da atuação dos operadores económicos**. Subjacente está a preocupação de alinhar o presente plano com os grandes objetivos, prioridades e orientações em matéria de comunicação e sensibilização constantes em vários documentos internacionais, designadamente, da União Europeia (destaque à Estratégia Florestal da União Europeia), da Pan-Europa (decorrentes de compromissos assumidos no âmbito do Processo *Forest Europe*) e, a nível global, do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (realce à Estratégia de Sensibilização e Comunicação). O presente plano está ainda alinhado com as motivações das Nações Unidas para a proclamação de 2020 como o Ano Internacional da Sanidade Vegetal.

1

Promover comportamentos de prevenção ativa da entrada de novos agentes nocivos e de dispersão e proliferação dos existentes.

PREVENÇÃO: um objetivo alargado, no qual toda a sociedade civil tem um papel. Implica a capacitação para a transição de um reconhecimento global da importância dos agentes bióticos para a biodiversidade e sustentabilidade dos sistemas florestais, para um reconhecimento específico de que alguns afetam negativamente os mesmos sistemas. Implica ainda a consciencialização de que qualquer pessoa pode introduzir negligentemente pragas e contribuir para a sua dispersão e proliferação.

2

Promover comportamentos de gestão ativa dos povoamentos florestais que criem ou aumentem a resiliência aos diversos agentes de declínio e que previnam a sua ocorrência.

PROMOÇÃO DA RESILIÊNCIA DOS SISTEMAS FLORESTAIS: trata-se de um objetivo mais direcionado para os que intervêm de forma ativa na gestão dos sistemas florestais. Envolve, entre outros aspetos, a tomada de consciência da necessidade de fazer face a novas pressões, como as alterações climáticas, e das vantagens da proteção integrada.

3

Promover comportamentos relacionados com transporte, manuseamento e parqueamento de materiais que reduzam o risco fitossanitário.

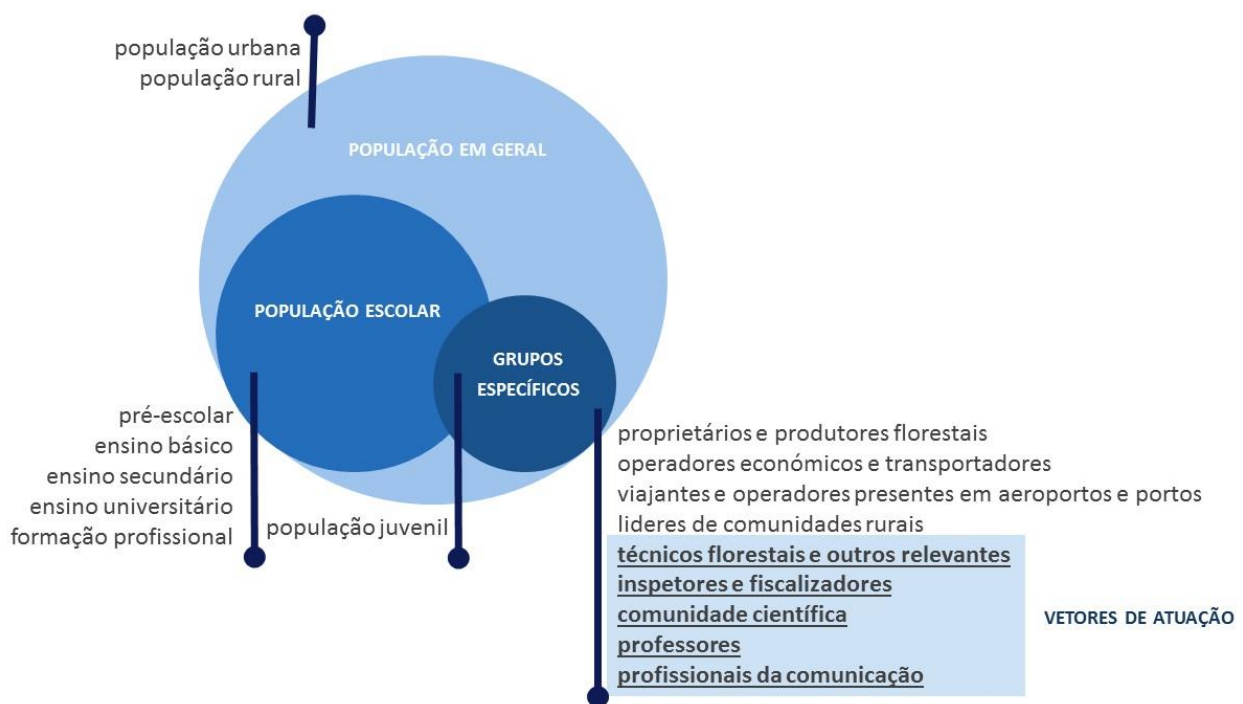
REDUÇÃO DO RISCO FITOSSANITÁRIO AO NÍVEL DA ATUAÇÃO DOS OPERADORES ECONÓMICOS: objetivo que visa capacitar os operadores económicos (OE) para a implementação de medidas de prevenção e sensibilizando-os para a necessidade de implementar rigorosamente os normativos existentes.

Existe, portanto, um grande enfoque do presente plano na prevenção que, à semelhança do que se passa com outras ameaças aos sistemas florestais, é muito mais eficaz, sobretudo do ponto de vista económico, do que o combate. Todavia, é da maior relevância que sejam, igualmente, consideradas ações de sensibilização relativas a estratégias de controlo, algumas com um impacto negativo (muito forte) na opinião pública (ex. corte de árvores em zonas tampão e aplicação de químicos).



Uma análise detalhada dos intervenientes no contexto da fitossanidade florestal a nível nacional sugere, como anteriormente referido, a sua organização em duas grandes **tipologias**, não obstante existirem casos específicos com dualidade de papéis – vetores de atuação e públicos-alvo.

Os vetores de atuação são os que veiculam as mensagens de consciencialização e os públicos-alvo os recetores. Entre os primeiros estão as comunidades técnica e científica, os professores e os Órgãos de Comunicação Social. Em relação aos **públicos-alvo**, podem ser organizados em três grupos com abrangências interligadas e que remetem para ações de sensibilização de natureza e escala diferentes, inclusivamente dentro de cada grupo: (i) público em geral; (ii) população escolar; e (iii) grupos Específicos.



Na comunidade técnica estão incluídos, além dos técnicos florestais, outros profissionais envolvidos nos diversos aspetos da gestão dos espaços florestais (rurais e urbanos), inspetores e fiscalizadores. Muitos deles detêm conhecimentos fundamentais sobre as principais pragas de relevância para os sistemas florestais em território nacional. Quando o aplicam na mudança de comportamentos de outros públicos-alvo estarão a atuar como vetores de atuação, a Administração Pública numa primeira frente, e os Representantes de Organizações de Produtores Florestais e dos Gabinetes Técnicos Municipais numa segunda frente.

Mas quando essa comunidade técnica assume o papel de público-alvo, está subjacente a necessidade de flexibilidade, abertura e adaptação a um contexto dinâmico, com situações emergentes de risco fitossanitário e em que é imperativo adaptar ou inovar práticas de gestão florestal em função do melhor conhecimento existente no momento.

A comunidade científica é também um caso de dualidade de papéis, na medida em que é, primordialmente, a geradora de novo conhecimento sobre pragas florestais aplicável na sua monitorização e controlo e está atenta às prioridades de investigação e às situações emergentes de risco. Quando se constitui como público-alvo, trata-se de uma comunidade científica alargada que inclui investigadores a trabalhar em áreas do conhecimento

aparentemente divergentes mas que, mediante uma adequada sensibilização, poderão ter uma frutuosa contribuição numa abordagem multidisciplinar à prevenção e combate de pragas florestais.

No que diz respeito às tipologias de ação a implementar, apresentam-se, de seguida, algumas das opções a considerar em função do público-alvo e do objetivo estratégico. São opções que se enquadram nas ações:

- Realização de sessões presenciais;
- Distribuição de conteúdos informativos;
- Produção de material informativo para os media;
- Elaboração de informação técnica;
- Divulgação de informação em formato digital.

Em última análise, a escolha da opção a implementar deve ser sempre orientada pela maximização do impacto esperado, em termos do número de pessoas alcançadas e em termos da persistência da mensagem transmitida.

		OBJETIVOS ESTRATÉGICOS		
		PREVENÇÃO	PROMOÇÃO DA RESILIÊNCIA DOS SISTEMAS FLORESTAIS	REDUÇÃO DO RISCO FITOSSANITÁRIO AO NÍVEL DA ATUAÇÃO DOS OPERADORES ECONÓMICOS
População geral		Campanha de comunicação a larga escala Conteúdos para jornais e revistas Spots audiovisuais Folhetos/posters Sites Conteúdos para redes sociais		Campanha de comunicação a larga escala Conteúdos para jornais e revistas Spots audiovisuais Folhetos/posters Sites Conteúdos para redes sociais
População escolar	Pré-escolar	Conteúdos para manuais escolares Propostas de atividades		
	Ensino Básico			
	Ensino Secundário			
	Ensino Universitário	Conteúdos programáticos Campanha de comunicação a larga escala Sites Conteúdos para redes sociais		
	Formação profissional	Formações Folhetos/posters Sites Conteúdos para redes sociais		
Grupos específicos	População juvenil	Campanha de comunicação a larga escala Conteúdos para redes sociais		
	Proprietários e produtores florestais	Sessões de demonstração Sessões de esclarecimento Visitas de campo Stands em eventos Workshops Folhetos/posters Sites		




	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS		
	PREVENÇÃO	PROMOÇÃO DA RESILIÊNCIA DOS SISTEMAS FLORESTAIS	REDUÇÃO DO RISCO FITOSSANITÁRIO AO NÍVEL DA ATUAÇÃO DOS OPERADORES ECONÓMICOS
	Conteúdos para redes sociais Artigos e anúncios em jornais locais		
Operadores económicos e transportadores	Sessões de demonstração Sessões de esclarecimento Workshops Folhetos/posters Sites Conteúdos para redes sociais Spots audiovisuais Artigos e anúncios em jornais locais		
Viajantes e operadores presentes em aeroportos e portos	Folhetos/posters Conteúdos para jornais e revistas Spots audiovisuais		Folhetos/posters Conteúdos para jornais e revistas Spots audiovisuais
Líderes de comunidades rurais	Folhetos/posters Artigos e anúncios em jornais locais Sessões de esclarecimento		
Técnicos florestais e outros relevantes	Sessões de demonstração Sessões de esclarecimento Visitas de campo Stands em eventos Folhetos/posters Newsletter Notas técnicas Boletins fitossanitários		
Inspetores e fiscalizadores			Sessões de demonstração Sessões de esclarecimento Visitas de campo Stands em eventos Folhetos/posters Newsletter Notas técnicas Boletins fitossanitários
Comunidade científica	Conferências Produção de conteúdos para livros e artigos científicos		
Professores	Kits de formação com sugestões de atividades Sessões de esclarecimento		
Profissionais da comunicação	Press releases Formações Sessões de esclarecimento Visitas de campo Workshops Seminários		

Capacitação técnica, conhecimento atualizado e atual e capacidade de comunicação são essenciais na implementação das ações de sensibilização e é em torno destes aspetos que se estabelece a relação entre os vetores de atuação. São requisitos prévios à realização das ações de sensibilização, fazendo sentido a sua referência no presente plano no âmbito de um plano de formação específico. Caberá às entidades responsáveis pela implementação do PNS@SF a decisão de integrar esse plano de formação na operacionalização do PNSF ou de o articular com um plano de formação mais alargado.

Uma vez tendo tornado claro que o âmbito do PNS@SF é a sensibilização e que a formação é um requisito prévio, resta explicitar o papel da comunicação. Trata-se de uma ferramenta facilitadora da transferência de conhecimento e base para promover a mudança de comportamentos. É importante que esta capacidade seja adequadamente apreendida, dominada e utilizada pelos vetores de atuação, sob pena das ações de sensibilização não serem eficazes. Estratégias de comunicação delineadas por profissionais do ramo para ações de sensibilização de maior escala e uma aposta na formação dos profissionais florestais em técnicas de comunicação devem estar subjacentes à implementação do PNS@SF. Uma estratégia de comunicação remete para a necessidade de definir mensagens-chave, sendo que no PNS@SF é assumido que estas são definidas nos seguintes níveis:

- O slogan - “Floresta saudável, Planeta habitável” - estabelecido aquando da celebração do Ano Internacional da Sanidade Vegetal (2020) e que orientará a implementação do plano durante a sua vigência, servindo de âncora às mensagens-chave a reiterar de forma a garantir uma continuidade que consolide uma verdadeira mudança de comportamentos;
- As mensagens-chave a reiterar durante toda a vigência do PNS@SF relativas a cada um dos objetivos estratégicos;

MENSAGENS-CHAVE CONTINUADAS

<p>PREVENÇÃO</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Manter a floresta saudável também depende de si • Vigie a nossa floresta 	<p>Fundamentação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Todos podem ser responsáveis pela introdução de uma ameaça à nossa floresta e às atividades económicas que suporta. • Todos podem contribuir para a deteção precoce da ocorrência de pragas florestais
<p>PROMOÇÃO DA RESILIÊNCIA DOS SISTEMAS FLORESTAIS</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Uma melhor gestão florestal para um menor risco de pragas • Floresta saudável, floresta para sempre 	<p>Fundamentação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Boas práticas de Gestão Florestal reduzem o risco de introdução, proliferação e dispersão de pragas florestais. • Uma floresta saudável é uma floresta mais resiliente.
<p>REDUÇÃO DO RISCO FITOSSANITÁRIO AO NÍVEL DA ATUAÇÃO DOS OE</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Pense no seu futuro quando pensa em floresta 	<p>Fundamentação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Evitar a introdução e a dispersão de uma praga garante o futuro das atividades económicas do setor florestal e o bem-estar das populações.

- As mensagens-chave identificadas anualmente na operacionalização do PNS@SF em função das prioridades de intervenção.

Por último, remete-se para a metodologia a implementar anualmente com o objetivo de promover a elaboração e a implementação da componente operacional do PNS@SF, tarefas a executar por cada entidade do setor que considere relevante realizar ações de sensibilização em fitossanidade florestal.

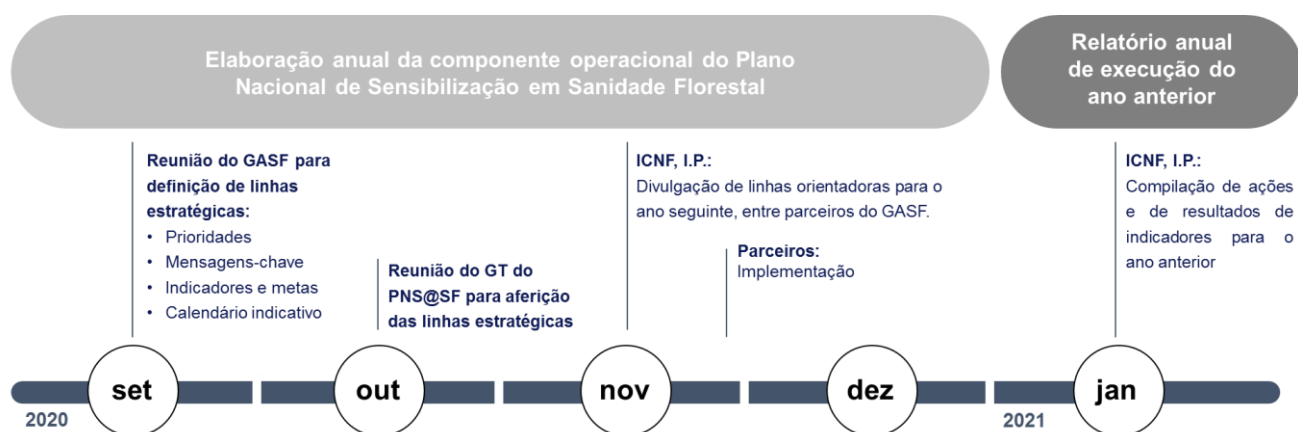
Em Setembro, o ICNF, I.P. convocará uma reunião do GASF para a qual serão convidados representantes dos Centros de Competências (CCSC, CCPB, CCPMP e CNCFS). Poderão, ainda, ser convidadas outras entidades com experiência ou ações de destaque na área da sensibilização ambiental. Dessa reunião resultará um memorando com a síntese daquilo que, no entendimento do GASF, devem ser:

- as prioridades para cada um dos objetivos estratégicos em função da área de intervenção, do sistema florestal, do público-alvo e da tipologia de ação;
- as mensagens-chave a assumir nas ações de sensibilização;
- os indicadores de resultados e alcance, bem com as respetivas metas;
- um calendário indicativo com indicação dos momentos mais oportunos para a realização das ações de sensibilização de acordo com o sistema florestal e a praga a considerar.

A partir da plataforma colaborativa referida no Capítulo I será constituído um Grupo de Trabalho específico do Plano Nacional de Sensibilização em Sanidade Florestal (GT PNS@SF), para o qual o ICNF, I.P., na qualidade de coordenador, convidará as Entidades Públicas responsáveis pelas áreas de ensino, formação, inspeção e fiscalização. Este GT passará a reunir anualmente, no início do último trimestre, com o objetivo de aferir as linhas estratégicas indicadas pelo GASF face ao âmbito de atuação das Entidades Públicas. Será, também, o momento de avaliar a necessidade/possibilidade de lançar campanhas de sensibilização de larga escala sob iniciativa do Estado Português, o que obriga a um planeamento e orçamento específicos.

No final do ano, o ICNF, I.P., seguindo as orientações do GT do PNS@SF, publica uma proposta de ações de sensibilização para o ano seguinte, em articulação com a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária e com qualquer outra entidade do GASF que assim o deseje. Dá, ainda, a conhecer, no seu site e no Fitonotícias, ações promovidas por outras entidades. Por fim, em janeiro, é feito um relatório da implementação do PNS@SF no ano anterior.

OPERACIONALIZAÇÃO DO PNS@SF





A avaliação da eficácia do PNS@SF é feita com recurso a:

- Indicadores do POSF – nº de ações por área de intervenção – a avaliar mediante consulta dos parceiros do GASF e a integrar num relatório anual de execução do POSF, relativamente a identificação dos agentes bióticos nocivos, métodos de monitorização e meios de luta;
- Outros indicadores de resultado – [a designar em função do tipo de ação, ex. número de *likes* em publicações nas redes sociais, nº de artigos publicados em jornais locais] - a avaliar mediante consulta dos parceiros do GASF e a integrar num relatório anual de execução do PNS@SF;
- Indicadores de alcance – nº de pessoas alcançadas por tipologia de público-alvo e tipo de entidade – a avaliar mediante consulta dos parceiros do GASF e a integrar num relatório anual de execução do PNS@SF;
- Avaliações externas – a realizar a campanhas de sensibilização de larga escala e quinquenalmente ao PNS@SF sendo que, neste último caso, os resultados poderão ser sugestivos da necessidade de revisão, a qual terá de ser promovida pela plataforma colaborativa.

No caso dos indicadores do POSF estão previamente estabelecidas metas anuais, as quais podem ser revistas aquando das revisões do programa. No caso dos indicadores de resultado e alcance, estas devem ser estabelecidas pelo GT do PNS@SF aquando da operacionalização anual.

